

Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Programa Viver Sem Limite

Resumo

O programa articula e organiza ações promovidas por 15 órgãos do governo federal. Ao fazê-lo, a aposta é de que podem ser aprimoradas e fortalecidas as iniciativas de modo a eliminar barreiras e garantir inclusão social, autonomia e acesso da população com deficiência a bens e serviços. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 45,6 milhões de pessoas – ou 23,9% dos brasileiros – têm com algum tipo de deficiência.

O Viver Sem Limite tem previsão orçamentária de R\$ 7,6 bilhões até 2014. A coordenação do programa cabe à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Há metas traçadas para o conjunto de ações também com prazo de 2014.

A articulação marca o programa. Por exemplo, no que tange à Acessibilidade, uma das ações é a construção de 1,2 milhão de moradias adaptáveis pelo programa Minha Casa, Minha Vida. Obras de mobilidade urbana para Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas de 2016, bem como as do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) terão, obrigatoriamente, de ser adaptadas a pessoas com deficiências.

Em educação, um dos objetivos é levar de 229 mil para 378 mil o número de crianças e adolescentes nas salas de aula do país. Para cursos federais de formação profissional e tecnológica, a previsão é de 150 mil vagas para pessoas com deficiência. Isso vai exigir adequar prédios de escolas públicas e de instituições federais de ensino superior a condições mínimas de acessibilidade.

O governo promete incluir, no eixo Saúde, dois novos exames no teste do pezinho em recém-nascidos, de modo a verificar condições específicas mais precocemente. Para a reabilitação intelectual, física, visual e auditiva, serão implantados 45 centros de referência.

Com 660 novos profissionais de saúde em órteses e próteses até 2014, o objetivo é elevar em 20% o fornecimento desses equipamentos, especialmente os auxiliares à locomoção. O atendimento odontológico terá incremento de 20% nas verbas repassadas por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) para 420 centros.

O programa inclui ainda a possibilidade de um trabalhador com deficiência, caso perca o emprego, receber um Benefício de Prestação Continuada (BPC) e de uma bolsa de estudos para requalificação. Há metas de encaminhamento de 50 mil pessoas a postos de trabalho adaptados.

Citado na 8ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, no dia 02 de abril de 2012, pela Conselheira Ana Paula Crossaro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.